

ÉTICA COMO ALICERCE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Anabela Fernandes Guedes Guedes
aguedes@estgl.ipv.pt
Instituto Politécnico de Viseu – ESTGL
Lamego, Portugal

Paula Alexandra Marques dos Santos
psantos@estgl.ipv.pt
Instituto Politécnico de Viseu – ESTGL
Lamego, Portugal

RESUMO

A Responsabilidade Social tem sido alvo de um intenso e controverso debate que levou à construção do seu conceito, de teorias e abordagens e está, também, relacionado com a evolução do próprio conceito de empresa e da aplicação da ética no contexto organizacional. Neste artigo, investigam-se os fundamentos teóricos e orientações éticas da Responsabilidade Social, esta que aqui é sempre analisada a partir dos fundamentos éticos e que busca na filosofia moral e na teoria dos valores humanos esclarecimentos que permitam definir o conceito e assumindo que deverá ser feita uma análise ao pensamento moral do gestor enquanto responsável organizacional com poder de decisão relevante na empresa, já que é o gestor, enquanto agente central do processo que envolve a adoção, por parte da empresa/instituição, de práticas /políticas alinhadas com as expectativas e necessidades da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ética, valores, responsabilidade social.

ABSTRACT

Social Responsibility has been a subject of an intense and controversial debate that led to the construction of its concept, theories and approaches which is also related to the evolution of the concept of company itself and the application of ethics in the organizational context. In this article, we investigate the theoretical foundations and ethical orientations of Social Responsibility, which is always analysed here from the ethical foundations and that seeks in moral philosophy and in the theory of human values clarifications which allow to define the concept and assuming that it should be made an analysis to the moral thinking of the manager as an organizational manager with relevant decision power in the company, since he is the manager, he is the central agent of the process which involves the adoption by the company/institution of practices / policies aligned with expectations and needs of society.

KEYWORDS: Ethics, values, social responsibility.

INTRODUÇÃO

A espécie humana enfrenta uma crise de moralidade. A percepção da realidade e a sua orientação nela reside na própria natureza do ser humano. De um modo geral, todos consideramos que necessitamos de alguns princípios morais que norteiem o nosso juízo e promovam um sentido de responsabilidade nos relacionamentos que temos com os nossos semelhantes. Urge não questionarmos a importância de valores morais, uma vez que todos conseguimos facilmente perceber o que acontece na ausência dos mesmos. As Organizações/Instituições de hoje estão obrigadas não apenas a cumprir com as suas responsabilidades económicas e legais, mas também têm que se preocupar com as responsabilidades éticas, morais e sociais. Sobre os últimos aspetos, cremos constituírem fundamentos essenciais para reverter a tendência e retomar a crença de uma necessidade de uma moralidade aparentemente perdida ou esquecida. O estudo da ética de uma organização é importante para compreender as suas ações passadas e antecipar o seu provável comportamento futuro. A reflexão sobre o papel das organizações na sociedade e a sua intervenção enquanto

agentes sociais têm fomentado estudos, nomeadamente sobre a importância da ética e a responsabilidade social para o meio organizacional.

Presentemente, não é satisfatório uma empresa ser razoavelmente forte economicamente e originar lucros colossais, já que a sociedade lhe exige responsabilidades para com todos os que estão direta e indiretamente ligados a ela. Com o eclodir da grave crise económica, foram postos em causa os valores e princípios que norteiam a sociedade contemporânea, estando o tecido empresarial no centro de duras críticas, que colocam em causa as posturas levadas a cabo pelos gestores. Surgem interrogações relativamente à atitude dos decisores, quais os seus valores e de que maneira a sua formação ética influencia as suas deliberações. Com a sociedade em constante mutação, torna-se urgente que as empresas e organizações se adaptem às novas necessidades próprias da contemporaneidade, daí ser indispensável que se conheçam as práticas de responsabilidade social que as Instituições adotam, de maneira a que se harmonizem práticas e guiem as práticas profissionais.

1. ÉTICA

A palavra ética tem origem no termo grego *éthos*, que significa carácter ou modo de ser e torna-se visível no comportamento com o próximo, pois tem como fim orientar a relação com o outro, a decisão pelo caminho correto, ao ponto de cuidar pelo bem do Homem, porque daí resulta um bem maior e completo (Ricou, 2011). É um ramo de estudo da filosofia responsável por investigar e esclarecer a conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal, dos atos corretos e incorretos, justos e injustos do ser humano em relação à sociedade, expondo, através de um conjunto de regras e princípios, como é que este deve comportar-se na sociedade, de modo a promover o bem-estar social, uma vez que não se é ético sozinho (Carapeto & Fonseca, 2012). Segundo Lima Vaz (s.d., cit. por Ferreira, s.d.), o indivíduo só consegue viver bem e em sociedade se praticar o bem, através de hábitos assentes em valores e princípios, princípios esses obtidos através da razão. O autor define a ética como:

um saber elaborado segundo regras ou segundo uma lógica peculiar, pois o primeiro uso adjetivo do termo qualifica justamente, em Aristóteles, uma forma fundamental de conhecimento, contraposta aos conhecimentos teórico e poético. O objeto da ética é uma realidade que se apresenta à experiência com a mesma evidência inquestionável com que se apresentam os seres da natureza. Realidade humana por excelência, histórica, social e individual e que, com profunda intuição das suas características originais, os gregos designaram com o nome de *ethos*. A Ética, portanto, nominalmente definida, é a ciência do *ethos* (p. 244).

Esta ideia é reforçada pelo autor Vasquez (1975) citado por Passos (2004) quando afirma que “a ética é a ciência que estuda o comportamento moral dos homens da sociedade” (p. 23). Os seres humanos necessitam de regras quando se relacionam uns com os outros, de modo a viverem em coesão social para que possam reconhecer a diferença entre o certo e o errado e percebam o que lhes é permitido ou não permitido fazer. (Carapeto & Fonseca, 2012). Os mesmos autores mencionam, ainda, que a ética, sendo prática, procura aperfeiçoar o homem através das ações. Os seus atos dever-se-ão direccionar em conformidade entre as ações e a verdade ou o bem, assentes em valores capazes de ajudar o indivíduo a tomar melhores decisões e a fundamentar e medir as consequências das mesmas, num determinado contexto.

Por seu lado, Neves (2008) salienta a sua opinião acerca desta temática dizendo-nos que “a ética é a busca da razão de ser da nossa existência. Mas não é a busca teórica da razão (...) é a busca da razão de ser da vida na vida” (p. 38). A ética, para o mesmo autor, procura a felicidade permanente e concreta. Em relação a este aspeto concreto, Mill (1863), citado por Ricou (2011), apresenta-nos a ética como:

A doutrina que admite, como critério fundador da moralidade, o princípio da utilidade ou da maior felicidade, afirma que as ações são boas (right) ou más (wrong), na medida em que tendem a aumentar a felicidade ou a produzir o contrário da felicidade... (p.21).

A ética norteia, portanto, o comportamento, as ações que almejam o bem, sem que esse comportamento correto nos traga apenas o nosso próprio benefício. Desde Aristóteles que a ética fomenta as ações do Homem para o aproximar do bem, sendo que esta noção do que é o bem e por oposto o que é o mal, surge em função do juízo que cada pessoa faz dessa ação, da nossa própria consciência ética (Ricou, 2011). Isso pode levar a que pensemos que o bem pode corresponder à satisfação do que é a nossa vontade e o mal aquilo que não nos satisfaz, mas, na verdade, o que a ética nos acrescenta é a vontade de realizar uma ação em função do outro e daí a importância da racionalidade em relação ao comportamento para com o próximo. É nesse sentido que Coval (2006), citado por Ricou (2011), referindo-se a Aristóteles, afirma: “o Homem no uso da racionalidade prática reconhece o verdadeiro bem, sendo que esse bem poderá acrescentar-se, será

representado pela satisfação das necessidades individuais em harmonia com as necessidades dos outros (p.22).”

A noção de ética, contudo, e sustentados em Rocha (2010), tem vindo a sofrer alterações ao longo das distintas épocas históricas. Tem sido determinada pelas alterações de padrões, costumes e práticas que as sociedades têm vindo a adotar, ao longo dos tempos, para definir a conduta ética do Homem. Tal facto denota que um comportamento que sempre foi visto como inadequado pode, a partir de uma determinada conjuntura, passar a ser conhecido como uma conduta adequada. Vázquez (2003), a este respeito, refere:

...mudando radicalmente a vida social, muda também a vida moral. Os princípios, valores ou normas encarnadas nela entram em crise e exigem a sua justificação ou a sua substituição por outros. Surge então a necessidade de novas reflexões ou de uma nova teoria moral, pois os conceitos, valores e normas vigentes se tornaram problemáticos. (p. 267).

Vázquez (2003) pretende esclarecer, com a citação supracitada, as razões do surgimento das múltiplas doutrinas éticas ao longo dos tempos, desde a Grécia Antiga à Contemporaneidade. Sempre preocupada em encontrar soluções para os problemas básicos das relações entre os Homens (Passos,2004), procuraremos, por isso, compreender a historicidade e algumas doutrinas éticas.

1.1 IDADE CLÁSSICA

Questões sobre a atividade que preenchia o seu quotidiano, já acercavam o ser humano antes do aparecimento da filosofia. É, contudo, com os filósofos da Grécia Antiga que surgiram as primeiras reflexões acerca do conceito de Ética, associado à ideia de moral e cidadania. Renaud (2016), refere que a filosofia surgiu na Grécia, principalmente impulsionada por dois fatores: a insatisfação perante as respostas dos mitos às questões existenciais e o aparecimento do princípio democrático no governo da cidade mediante o qual era necessário o recurso a argumentos racionais para convencer os eleitores. O autor acrescenta que “a filosofia nasceu assim da reação de Sócrates à ideia segundo a qual a verdade e o bem se medem pelo sucesso na capacidade dialógica de convencer os parceiros de diálogo.” (p.125)

A ética surge, então, na Grécia, no século V (a. C.), século designado também por “Século de Péricles”, quando, em muitas cidades gregas, nomeadamente em Atenas, Péricles, governador de Atenas nesta época, implementa a democracia escravista, democratiza a vida política, cria novas organizações eletivas e desenvolve uma vida pública muito intensa. Como já referido, a ética como ciência nasceu com o advento das cidades gregas, no “Século de Péricles” (século V a.C.), primeiro com os sofistas, depois com Platão e Aristóteles, autor das três obras básicas da ética no Ocidente: *Ética a Nicómaco*, *A Grande Moral* e a *Ética a Eudêmio*. Rocha (2010) menciona que as teorias éticas gregas recaíram sobre “a relação entre o cidadão e a *polis* em que a conduta do indivíduo era determinante para se alcançar o bem-estar coletivo” (p. 30). Teve ainda como objetivo estabelecer o princípio da igualdade, ao incluir, por exemplo, todos os cidadãos (ricos e pobres) na participação política, assim como na vida pública, ao afirmar que os méritos não derivam do nascimento ou da situação económica da família dos indivíduos, mas sim dos talentos e competências dos mesmos. Porém, torna-se relevante realçar que a democracia instaurada em Atenas apresentava alguns limites, destacando-se a participação da Assembleia. Apenas tinham direito a participar politicamente os indivíduos do género masculino, livres, nascidos em Atenas e com idade superior a 18 anos, excluindo deste processo de participação todas as mulheres, estrangeiros e escravos (Passos, 2004). Neste contexto, começou a denotar-se a importância de novos conhecimentos e da arte retórica, numa sociedade onde o cidadão age ativamente e é relevante na vida política. Acresce que todas as questões éticas que se erguem com os problemas políticos, sociais e morais são alvo de preocupações e, por conseguinte, estudo da filosofia grega (Vázquez, 2003).

Segundo Neves (2008) surge, assim, um movimento intelectual na Grécia, com o intuito de ensinar os jovens a ter sucesso da *polis*, nomeadamente na arte da retórica, ao ensinar a argumentar, discutir e criticar nos discursos acerca dos problemas políticos. São os designados Sofistas, os pré-socráticos. O autor afirma que os mesmos defendiam que “para ter sucesso evidentemente não seria possível ter pruridos éticos e preocupações morais” (p.21). Para os sofistas, como Protágoras, não há uma verdade única. Todos os conhecimentos derivam das sensações que cada um sente. Cada um determina o que deve ser o bem e o mal. É impossível saber o que existe realmente e o que não existe (Neves, 2008). Perante os sofistas, surgem as contestações de Sócrates, mestre de Platão e da sabedoria da juventude grega. Pai da filosofia moral por tentar compreender a justiça pelas suas convicções pessoais, Sócrates estabelece uma atitude crítica face às ideias tradicionais. Racionaliza a Ética e sugere um conhecimento do bem, do mal e da virtude. Na perspetiva

do filósofo, a verdade deveria ser capaz de dirigir a vida das pessoas em todos os âmbitos. Os valores como o Bem, Virtude, Justiça e Saber deveriam ter um carácter eterno (Passos, 2004; Rocha, 2010).

Vázquez (2003) reforça estes valores quando afirma que, para filósofo, “o saber fundamental é o saber a respeito do homem” (p. 269). O Homem para agir corretamente não pode ser ignorante, mas sim ter um conhecimento universal, moral e prático. A perfeição só é atingível através do saber. Na sua ética racionalista, encontramos uma percepção do bem como felicidade da alma, do bom como o útil para a alcançá-la, da virtude como o conhecimento porque é ensinável, e da ignorância como um vício, porque só se é mau quando não se conhece o bem. Só podemos ser verdadeiramente felizes se formos bons, justos e honestos. O Homem ao conhecer o bem não pode deixar de o praticar e, por conseguinte, é mais feliz e proprietário do seu destino (Neves, 2008; Rocha, 2010). Denota-se, portanto, que o bem supremo da vida humana para Sócrates era a felicidade, a qual não incidia em ter dinheiro ou sorte, mas sim em comportar-se bem, ter uma boa alma, ser livre de conturbações e dedicado ao saber e à verdade (Passos, 2004).

Vaz Lima (1999, cit. por Ferreira, s.d.) acrescenta que a ética se desenvolve por Platão na conceptual idade filosófica, ao redigir os diálogos críticos de Sócrates. A ética de Platão, conhecida por ética platónica, defendia que o bem e a virtude nos levam à felicidade e ao sucesso, assim como a inteligência nos dirige à justiça, à perfeição e à bondade, pois afirmava que ao agirmos com consciência, conseguimos agir de forma ética, forma essa que aproxima o ser humano de um cosmos verdadeiro, igual ao mundo de ideias e mundo esse de onde vem um homem com inteligência, vontade e entusiasmo. “O verdadeiro sábio procura atuar em busca do ideal e corrigir-se quando se engana. Através da sua inteligência e virtude, o homem regressa ao mundo das ideias” (Carapeto & Fonseca, 2012, p. 14). Para Platão, a ética não é uma dádiva da natureza, mas, antes, resultado da educação. O indivíduo não nasce ético, mas torna-se ético com o processo educativo, o qual lhe permite compreender o bem (Rocha, 2010).

Neste período clássico da idade antiga, a ética aristotélica também se reveste de particular importância. Segundo Ferreira (s.d.), Aristóteles concebe o saber ético como o conhecimento prático do bem. O homem deve atuar em função do alcance da sua felicidade na própria vida em conjugação com a comunidade, porque a finalidade de todo o homem é ser feliz em sociedade e todos os homens que alcançam a felicidade são bons.

Na perspectiva de Aristóteles, o ser humano deve procurar o Bem, já que todos o desejam por não quererem o mal e tudo aquilo que se deseja orienta-nos para um bem. Segundo Rocha (2010), “o bem próprio do homem é a inteligência e, portanto, o homem tem de viver segundo a razão. Seguindo a razão, chega-se às virtudes, à vida virtuosa; e a virtude mais importante é a sabedoria” (p. 44). As virtudes, conforme nos diz Neves (2008), permitem-nos obter uma vida equilibrada e direcionam a mesma para a verdadeira felicidade.

Os estóicos e epicuristas surgem numa época de decadência e de crise social, moral e política nesta época. Vázquez (2003) afirma que os estóicos defendiam a ética como uma lei inata universal, onde Deus é visto como o princípio, alma ou razão do mundo, ou seja, Deus é a razão do mundo. Tudo é definido por ele e é para ele que toda a pessoa é destinada. O ser humano deve viver com retidão de acordo com a natureza, com a razão, com consciência do seu destino e da sua função perante no mundo, excluindo, para tal, as suas paixões. Na teoria dos epicuristas, segundo o mesmo autor, o homem deve ser o actor da sua vida, deve fazer o que lhe dá mais prazer desde que se faça com domínio de si mesmo. Porém, de forma moderada para conseguir ser autónomo, despreocupado e sereno.

1.2 IDADE MÉDIA

A queda do Império Romano determinou o fim da Antiguidade Clássica e o início de uma nova época, a Idade Média. A entrada numa nova era foi marcada pela influência do Cristianismo, que se tornara na força cultural dominante. Tal como referido por Neves (2008), o cristianismo é uma fé, uma religião, não uma filosofia, considerando-se, porém, que implica uma ética. À religião cristã coube, então, o papel de determinar os valores morais e éticos. A figura messiânica de Jesus Cristo introduziu elementos originais neste âmbito. Uma nova ética do amor ao próximo, da caridade e do perdão constituiu um elemento revolucionário no pensamento filosófico. Evidenciou-se, ainda assim, a preocupação de ligar a fé à razão humana, não se admitindo contradição entre ambas, uma vez que estavam dirigidas rumo a Deus.

Na idade média, entre os séculos IV e XIV, a ética é designada por ética cristã. Afasta-se da natureza e une-se com a teologia cristã. Se anteriormente o padrão da ética era a *polis*, o universo, na idade cristã, Deus é a suprema verdade, bondade e justiça e todos o devem seguir para alcançar a felicidade e a salvação (Rocha,

2010). Nesta época, a política torna-se dependente da religião e esta, por sua vez, responsabiliza-se pela sociedade. A Igreja exerce, assim, um poder espiritual e monopoliza toda a vida intelectual (Vázquez, 2003). Segundo Ferreira (s.d.), a ética cristã reflete sobre o *ethos* e sobre o seu exercício na vida do cristão. Defende a fé, a esperança e a caridade como as virtudes teológicas que regulam a relação entre os homens e Deus e a prudência, a fortaleza, a temperança e a justiça as virtudes que controlam as relações entre os homens. Passos (2004) acrescenta que a ética, nesta época, passa a ser obrigatória, confundindo-se com a religião. A vida dos indivíduos é regulada por normas abstratas e universais, provenientes de Deus, tendo em vista o mundo futuro.

Santo Agostinho e São Tomás de Aquino são os filósofos da Idade Média que aqui destacamos. Submetem a ética a um processo de cristianização, defendendo que Homem alcançará a felicidade só no encontro com Deus, contudo, deverá respeitar as regras da igreja (Rocha, 2010). Na perspectiva de Santo Agostinho, “o ser humano era a sede de Deus e o mundo exterior só fazia sentido porque tinha Deus, em si. A verdade está dentro de cada um e será desvelada através da meditação” (Passos, 2004, p. 38). A ética de Santo Agostinho é o primeiro marco de reflexão filosófica cristã, quando aborda o conceito teológico de ordem e fim. Concede a ordem como uma componente que dirige o homem até ao fim: à plena realização (Vázquez, 2003). Tomás de Aquino foi influenciado por esta ideia agostiniana. Para São Tomás de Aquino, Deus é o fim supremo que causa felicidade humana, ou seja, o fim último é Deus e a felicidade encontra-se nele, sendo alcançável através da contemplação de Deus e dos seus atributos. A felicidade não será alcançada nem pela razão, nem pela filosofia, mas pela fé cristã (Passos, 2004).

1.3 IDADE MODERNA

A ética moderna domina a sociedade entre o século XVI e o século XIX, período onde se denotou uma série de mudanças em todos os aspetos. A nível económico, promoveu-se o desenvolvimento científico e incrementou-se uma económica capitalista. No âmbito social, a burguesia ganhou destaque, preocupando-se em alargar o seu poder económico e político. Criaram-se, ainda, estados centralizados e, na ordem espiritual “a religião deixa de ser a forma ideológica dominante e a Igreja Católica perde a sua função de guia” (Vázquez, 2003, p. 280). As transformações sociais, económicas e políticas que ocorreram na Época Moderna conduziram ao reaver de algumas características do pensamento filosófico da Antiguidade Clássica por parte de alguns pensadores, evidenciando-se a necessidade do ser humano alcançar a sabedoria e a felicidade, pautado no equilíbrio e na razão. (Egg, 2009)

Passos (2004) evidencia que nesta nova época, ao contrário do que se defendia na idade média, a razão separa-se da fé, assim como a natureza de Deus, o Estado da Igreja e o homem de Deus, passando o homem a ser o centro da ciência, da natureza, da política, da arte e da moral. Surge, portanto, uma ética antropocêntrica, em que ser humano é o seu fim e fundamento.

Segundo Vázquez (2003), a mais perfeita ética moderna é a ética Kantiana, pelos seus contributos na área da ciência e da ética. Na teoria de Kant, segundo Rocha (2010), o homem só age moralmente quando determina as suas ações com a intenção de respeitar os valores, ou seja, para que uma ação seja considerada como boa, não se pode ter em conta o que devemos fazer, mas sim os princípios que seguimos para a cumprir. Enquanto livre, ativo e criador, o ser humano deve ter consciência dos seus atos e do seu dever. Um dever que deve atuar por dever, pois “só o homem que busca o dever poderá esperar tudo: o bem supremo” (Rocha, 2010, p. 155). É considerada, portanto, uma ética da pura razão e do puro dever. A sua prática deveria basear-se na razão e no cumprimento do dever pelo dever. Só submetendo-se ao dever e à moralidade é que o homem alcançaria uma boa vontade e seria verdadeiramente feliz (Passos, 2004).

A Filosofia moderna que começou com os grandes pensadores Hobbes, David Hume e Kant, é hoje exemplificada por pensadores como John Rawls que tem uma clara visão otimista dos homens, confiando nas suas capacidades racionais para resolver dilemas. Ele acredita que a solução está na criação de uma Sociedade Justa, que promova a Justiça Social. Inspirado em Kant, Rawls assenta a sua filosofia numa conceção universalista da Justiça (deontológica). Tendo por base uma situação inicial hipotética, estabelece os princípios de uma sociedade justa e irá mostrar que todo o homem razoável, colocado nesta situação imaginária, apenas pode desejar pertencer a um sistema social o mais equitativo possível.

2. VALORES E PRINCÍPIOS

O Observatório da Sociedade Portuguesa da Católica Lisbon- School of Business and Economics (CATÓLICA-LISBON) realizou o seu segundo estudo de modo a caracterizar os fatores que influenciam a vida das pessoas que pertencem à Sociedade Portuguesa. Os dados foram recolhidos em março de 2016, utilizando o Painel de Estudos Online (PEO) e tinha como principal objetivo aferir indicadores gerais de felicidade e satisfação com a vida, confiança política, no governo e em instituições, princípios de moral e ética, posição na sociedade, e rendimento e poupança nos membros da Sociedade Portuguesa. Dos resultados obtidos, destacamos que no que se refere aos princípios de moral e ética, apenas 14% dos participantes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o clima moral e ético em Portugal, 37% estão ligeiramente satisfeitos ou insatisfeitos, e 50% estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos. Já no que se refere ao estado geral de valores, apenas 12% dos participantes consideram que o estado geral de valores em Portugal atualmente é bom ou excelente, 34% consideram que é razoável e 55% indicam que é pobre a muito pobre. Por fim, destacamos a percepção dos inquiridos em relação ao facto de não considerarem que o estado geral de valores morais está a melhorar. Sobre esta questão, só 15% dos participantes indicam que o estado geral de valores morais em Portugal atualmente está a melhorar, 27% refere que nem está a piorar nem a melhorar e 59% dos participantes considera que está a piorar. (Coelho do vale, R. & Moreira, I.,2016).

Partimos do cenário acima apresentado, para nos centrarmos, agora, na reflexão em torno dos valores. Como já anteriormente aludido, a ética está em consonância com os valores, mas centra-se no que é certo e correto, enquanto os valores se referem ao que é bom e desejável. Dando um exemplo concreto, podemos formular um exemplo: todas as pessoas têm direito à sua privacidade, constituindo isso um valor, porque é bom e desejável que aconteça sempre. A ética transformou este valor em princípio ético de privacidade e confidencialidade no que se refere à informação privada relativa a um utente conceito esse já anteriormente referido (Brígido, 2010).

O conceito de valores segundo Rocher (1977), citado por Brígido (2010), é o que se entende por ideal, pelo desejável, por modos de agir de um indivíduo ou de uma sociedade. Está subjacente a ideia de como o Homem deve ser, como se de uma utopia se tratasse. Continuando o nosso foco na análise da temática pela exploração do conceito, acrescentamos a visão de Birou (1976), citado por Almeida (2010), que atesta que se trata da “capacidade que um objeto (coisa, ideia ou outra pessoa) tem de satisfazer um desejo, uma necessidade ou uma aspiração humana” (p. 138), sendo que o mesmo autor distingue a categoria de valores entre os económicos, os jurídicos, os éticos ou morais, os culturais e os religiosos. O termo, focando a sua etimologia, deriva do latim *valore* que significa ser forte, ter audácia, rigor, mérito e importância (Campos, 1976 & Cunha, 1999, cit. por Almeida, 2010). Quando reportada à noção que os Gregos tinham deste conceito, Marques (1998), citado por Rodrigues (2015), refere que o conceito de valor para Platão traduz-se apenas numa única virtude, a justiça, já Aristóteles considera que esta conceção envolve uma pluralidade de conceitos que estão implícitos como a coragem, a moderação, a amizade, a prudência, entre outros.

Extrapolando face ao anteriormente referido, podemos assumir que refletir sobre o conceito de valores é proceder, também, a uma reflexão sobre o que é o bem e o que é desejável quer a nível pessoal, quer ao nível do que está implícito numa determinada sociedade. Para Fonseca (2010), citado por Rodrigues (2015), “valores são estruturas do pensamento que tornam desejáveis determinadas formas de pensar, sentir e agir em detrimento de outras (p. 13)”. Estes, que por natureza são individuais, tornam-se coletivos quando partilhados com a comunidade passando por esta a serem reproduzidos através do comportamento da mesma (Almeida, 2010). Cada um elege um conjunto de valores que usa para reger e orientar o seu comportamento e que categoriza o que é bom ou o que, segundo os valores particulares, é meritório de algo ou de alguma coisa. Os valores devem permitir que se alcance uma vida virtuosa na promoção do encontro entre o bem individual com o bem coletivo e cuja recompensa é a felicidade entendida em sentido amplo. Nesta linha de pensamento “o sistema de valores representa uma articulação de crenças sobre como viver da melhor forma possível” (Almeida, 2010, p. 164). Os valores são predileções gerais que advêm de crenças pessoais sobre o mundo, a vida e as relações humanas sendo visíveis através comportamentos concretos que se dirigem sempre a determinado objeto ou contexto específico (Almeida, 2010).

Ainda no campo da importância da clarificação conceptual, foquemos, agora, a nossa atenção na diferença entre os conceitos de princípios e valores, assumindo que, por vezes, estes podem ser considerados sinónimos. Segundo Fonseca (2010), citado por Rodrigues (2015), os valores são “princípios abstratos que guiam ou justificam as atitudes, as opiniões e os comportamentos” (p. 13). Nesse sentido, podemos definir os princípios “como sendo declarações gerais sobre as ações que promovam esses valores” (Banks, 2006, citado por Brígido, 2010, p. 21). A conceptualização de princípios éticos aparece inteiramente conexas ao raciocínio moral defendidos por Kant e posteriormente por Kohlberg. Os princípios éticos presentes em Kant referem-se ao imperativo categórico que se materializa em três formulações:

1)Age só de acordo com a máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que se converta em lei universal;2) age como se a máxima da tua acção devesse converter-se pela tua vontade em lei universal da Natureza;3) age de tal modo que uses a humanidade tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim e nunca simplesmente como um meio. (Marques, 1998, cit. por Rodrigues, 2015, p. 15)

Segundo Brígido (2010), Kant defende que os princípios éticos são uma manifestação da humanidade estando por isso implicitamente na condição da natureza humana. Nesse sentido, são uma realidade não subordinada, nem circunscrita ao espaço geográfico, nem à economia ou à cultura. Já na teoria de Kohlberg, estes integram um modelo universal com vista à orientação da reflexão sobre questões morais além de serem indicadores de uma configuração mais evoluída e perseverante a encarar o conceito de justiça que, para este, define o ponto de vista moral (Marques, 1998, cit. por Rodrigues, 2015). Podemos então anuir que o conceito ético para Kohlberg apresenta dois significados: “um procedimento racional para orientar a reflexão sobre questões morais; um conteúdo identificável com o conceito de justiça” (Marques, 1998, cit. por Rodrigues, 2015, p. 15). Segundo Marques (1998), citado por Rodrigues (2015), o conceito de princípios éticos é apresentado como “um conjunto de orientações para habilitar a pessoa ao confronto de escolhas morais alternativas. Constitui uma forma universal de tomada de decisões morais, com base na lógica formal e na razão” (p. 15).

Começámos este ponto com a apresentação de dados obtidos pelo Observatório da Sociedade Portuguesa da Católica Lisbon- School of Business and Economics, sendo que destacámos, no que se refere ao estado geral de valores, que 55% dos inquiridos indica que, em relação a este ponto, o estado geral é pobre a muito pobre, acrescentando o facto de 59% referirem que o estado geral dos valores tende mesmo a piorar. Foi com este cenário como base que nos propusemos refletir acerca desta temática, nomeadamente focando a crise da moralidade a que assistimos. Sem reservas e sem qualquer tipo de pejo, assumimos que a espécie humana enfrenta uma crise de moralidade. Na verdade, esta convicção crescente (outrora mais difícil de ser admitida por ousarmos pretensiosamente saber distinguir o que é certo e errado/ bom e mau) refletiu-se na insegurança que sentimos em comparação com a segurança que vimos indivíduos nascidos e criados em épocas anteriores e questionamos a razão pela qual nos comportamos, como o fazemos e em que valores objetivos devemos acreditar.

3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Ética, entendida como um conjunto de expectativas de conduta, é indispensável para organizar o comportamento de qualquer grupo social. Segundo Roetz (s.d.), as organizações que se direcionam por um código de conduta ética conquistam a confiança das pessoas com quem trabalham, desde os seus colaboradores, passando pelos seus parceiros e, principalmente, da sociedade em geral. Rocha (2010) reforça a ideia de Roetz (s.d.) quando nos assegura que qualquer organização deve ser orientada segundo princípios éticos, já que são a razão de sobrevivência da mesma a longo prazo. Esta relação entre a ética e a responsabilidade social é recente, mas quer a sua concetualização teórica quer a sua aplicabilidade tem tido uma rápida evolução. Para Bowen (1953), citado por Leal et al. (2011), a responsabilidade social está, desde a sua origem, relacionada a movimentos cristãos tendo em conta a estreita relação destes últimos com a ética e a moral. Esta relação verifica-se ainda nos dias de hoje como é demonstrado na encíclica do emérito Papa Bento XVI (2009), citado por Leal et al. (2011), que refere estar a aumentar a consciência sobre a necessidade de mais ampla responsabilidade empresarial destacando que a mesma não pode ter em conta unicamente os seus próprios interesses, mas preocupar-se também com os seus trabalhadores, com os seus clientes e com a comunidade em geral com ações concretas implementadas nas empresas. O conceito de responsabilidade social surgiu pela primeira vez num manifesto subscrito por 120 industriais ingleses que entendiam que o resultado da indústria deveria ser utilizado para fomentar um equilíbrio justo orientada para um bem-estar do todo. Este conceito foi evoluindo ao longo dos tempos incorporando outras dimensões, mas sempre com o mesmo pressuposto de utilização dos recursos alicerçados numa componente ética que procuram contribuir uma melhor qualidade de vida de todos os seres humanos (Rodrigues & Duarte, 2012).

Perante as teorias éticas da responsabilidade social, que procuram determinar princípios éticos para as entidades se regerem, Leal, Cateano, Brandão, Duarte e Gouveia (2011) afirmam que a ética e a responsabilidade social caminham lado a lado. Porém, a responsabilidade social é uma temática controversa quando estabelece relação com a ética. Desde meados do século XX, à medida que as organizações foram conquistando um papel primordial na sociedade, cresceram de igual modo as inquietações com as responsabilidades éticas, morais e sociais (Nicholson, 1994, cit. por Ernesto, 2011). A noção de

responsabilidade social progrediu, em simultâneo, com as mutações sociais, políticas e económicas visíveis na sociedade ao longo do século XX. Até aos anos 50, a responsabilidade social era observada em todas as empresas quando estas apoiavam causas sociais e praticavam doações (Almeida, 2010).

Esta temática adquiriu maior visibilidade a partir da década de 50, sendo considerada, segundo Leal et al. (2011), como a era moderna da responsabilidade social. Bower (1953, cit. por Almeida, 2010) defende que, nesta época, "o aumento do poder das empresas deveria ser acompanhado por um aumento de responsabilidade, competindo aos empresários promover a adoção de políticas e práticas adequadas aos objetivos e valores sociais" (p. 46), devendo assumir uma atitude capaz de resolver os problemas, preocupada com princípios morais, e não só com lucro, já que as mesmas só existem devido à sociedade.

Almeida (2010) afirma que, da década de 60 até aos anos 80, a responsabilização social é atribuída à empresa, enquanto entidade moral e não ao indivíduo que toma as decisões por ela. A partir da década de 80 do século XX até à atualidade, segundo o mesmo autor, "o conceito de desenvolvimento sustentável passa a integrar o discurso sobre responsabilidade social e a teoria dos *stakeholders* alarga o quadro de responsabilidades da empresa em todos os grupos que afetam ou são afetados pela ação empresarial" (Almeida, 2010, p. 58).

Nesta linha de pensamento, a responsabilidade social é vista como uma forma de gestão assente numa relação ética e clara que as organizações adotam com os se relaciona, preocupadas em alcançar o desenvolvimento sustentável da sociedade, conservando recursos para as futuras gerações, respeitando a diversidade e contribuindo para diminuir as desigualdades sociais, de forma a promover qualidade de vida a todos os seres humanos. (Leal et al. 2011). A noção de responsabilidade social que o Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias nos propõe vai ao encontro das definições supracitadas assumindo que as entidades devem contribuir, com uma decisão voluntária, para uma sociedade com qualidade, mais equitativa e um meio mais limpo, alcançando o bem comum através de condutas que respeitem os valores de sustentabilidade social, ambiental e económica. Atualmente, a responsabilidade social torna-se um dos desafios da globalização. Thiry-Cherques (2003, cit. por Almeida, 2010) é da opinião que, atualmente, a responsabilidade de cada um estende-se a toda humanidade, presente e futura. Os indivíduos, enquanto líderes e colaboradores organizacionais, são responsáveis pelos atos praticados na entidade e não a ela em si. Deverão, portanto, guiar-se por uma gestão moral. Retorquirem pelas ações praticadas com um comportamento ético, com o intuito de estabelecer relações de qualidade, norteadas por estratégias e desafios éticos, capazes de conciliar os lucros com os valores sociais e ambientais (Almeida, 2010; Leal et al., 2011).

Deste modo, as organizações, ao adotarem boas práticas de responsabilidade social, quer numa dimensão interna, quer externa, criam uma boa reputação perante os *stakeholders* e a comunidade, conseguindo alcançar benefícios e novas oportunidades para a mesma e para a sociedade (Rodrigues e Duarte, 2012). Os mesmos autores descrevem a responsabilidade social como parte integrante da ética organizacional, pois a primeira não se limita apenas a princípios legais, mas também compreende a relação que estabelece com o meio envolvente em que se desenvolve a atividade organizacional.

Ao estabelecermos uma relação entre a ética e responsabilidade social segundo uma evolução histórica, percebemos que objetivo numa perspetiva mais clássica da conceção empresarial é o de gerar tanto dinheiro quanto possível onde está reiterado que o apoio à comunidade pode ser efetivado, mas não numa perspetiva de responsabilidade social, mas sim vista apenas como um negócio (Leal et al., 2011). Por outro lado, numa perspetiva mais moderna, acredita-se que vertente empresarial deve dar mais importância ao que a rodeia num campo onde está presente a responsabilidade social das mesmas. Esta é efetivada numa primeira linha por quem é seguidor de teorias éticas sendo que a ética e a responsabilidade social caminham lado a lado. Os anos 90 do século XX são caracterizados pela construção dos três domínios da responsabilidade: ambiente, social e económico.

Na atualidade, a responsabilidade social deve ser parte integrante da própria gestão organizacional através de um comportamento ético visível na transparência da organização, onde os objetivos desta se tornam compatíveis com um desenvolvimento sustentável e impulsionadora na diminuição das desigualdades sociais (Rodrigues & Duarte, 2012). É neste sentido que a ideia da "moda" no que se refere à responsabilidade social está cada vez mais posta de parte, sendo que a verdadeira aceção que o conceito alcança só é conseguida através de ações pertinentes, visto que as pontuais não conferem à empresa um estatuto de socialmente responsável (Grace, 2004, cit. por Leal et al., 2011) sublinhando a ideia que existe uma relação entre a responsabilidade social e a construção de identidade empresarial que é edificada com uma imagem pública e reputação.

O conceito de responsabilidade social quando ligada ao contexto empresarial deve contemplar uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente com:

todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (Instituto Ethos, 2010, cit. por Leal et. al., 2011, p. 32).

Como a anteriormente antecipámos, o livro verde da Comissão das Comunidades Europeias incidia no facto de, na sua aceção, o conceito de responsabilidade social deverá ter implícita uma base voluntária com o objetivo da construção de uma sociedade mais justa (Rocha, 2010). Esta base voluntária também nos é referida por Rodrigues e Duarte (2012), quando afirmam que as organizações devem contribuir para uma sociedade mais justa e transformadora de uma melhor qualidade de vida desejando que seja numa perspetiva preventiva e não curativa. Quando as organizações assumem esta postura pró-ativa, as repercussões sentidas na sociedade traduzem-se num balanço social positivo incentivando comportamentos responsáveis. Como dissemos, implicitamente à responsabilidade social está uma integração voluntária das suas práticas expectando que deste compromisso resultem preocupações e interesses que tragam benefício a médio e longo prazo e não só numa perspetiva do imediato. No entanto, esta adesão e carácter voluntário não é suficiente para salvaguardar uma boa aplicação dos princípios que envolvem a aplicação efetiva desta responsabilidade social sendo necessário para tal mecanismo eficazes ao nível do controlo. Segundo Wood (1991), citado por Rodrigues e Duarte (2012), os princípios de responsabilidade social têm impacto aos níveis pessoal, organizacional e institucional.

O primordial objetivo da responsabilidade social é o de contribuir para o bem da comunidade ainda que o mesmo se sobreponha aos objetivos perspetivados em termos empresariais. Nesse sentido, e para Carmen Valor (2005), citado por Leal et al. (2011), “a sociedade também deve optar por produtos ou serviços cujas empresas respeitem os valores de sustentabilidade económica, social e ambiental (p. 33).” Este fazer o bem deve acrescentar importância na construção de um mundo melhor. A ética é o estudo dos valores que, de forma universal e através dos princípios éticos, deve ser concretizada na gestão organizacional, nesse sentido a empresa pode ser entendida como uma pessoa de bem e que tem responsabilidades para com a sociedade (Leal et al., 2011).

Ser socialmente responsável, então, vai para além do cumprimento de obrigações legais, havendo de se investir no capital humano e no ambiente, mas também nas relações com as comunidades locais. Quando nos referimos a uma responsabilidade social, esta tem um rosto, que são as pessoas que em nome de um ambiente organizacional praticam determinados atos ou intenções. Por conseguinte, este compromisso ético e moral cria o vínculo com os dirigentes e outros patamares hierárquicos praticam determinadas ações em nome de organização que representam. Nesse sentido, a responsabilidade social efetiva-se na relação com os trabalhadores, com garantias de boas condições de trabalho aliada a uma prática formação contínua, revelando assim uma aposta na valorização do colaborador numa perspetiva quantitativa e qualitativa não descurando da conciliação entre as funções laborais e a vida privada dos seus colaboradores (Rodrigues & Duarte, 2012). Isso mesmo também nos é referido por Rocha (2010), quando advoga que uma gestão de recursos humanos tendo por base uma responsabilidade social implica que a organização fomente este equilíbrio entre a vida profissional familiar e os tempos livres.

Caracterizando-se por uma relação profunda para com os seus colaboradores e para com a comunidade envolvente, a responsabilidade social é baseada numa relação de valores internos entre a perspetiva empresarial e os valores partilhados pelos intervenientes. Por conseguinte a qualidade dos produtos/serviços que organização disponibiliza, segundo esse pressuposto, irá definir a identidade e a personalidade da mesma e institui a relação que esta tem com o seu público (Rodrigues & Duarte, 2012). Assim sendo, não faz muito sentido que uma determinada organização tenha implicitamente na sua criação, um conjunto de valores e que não os coloque em prática em cada uma das ações que concretize. Esta coerência de não querer parecer o que na prática não se é, torna-se fundamental para construir um eixo de verdade baseada em valores genuinamente éticos e socialmente responsáveis (Leal et al., 2011). A atuação de uma organização numa perspetiva de valores éticos emerge desta legitimidade de fazer o bem comum incidindo no bem-estar das pessoas através de um conjunto de premissas relacionadas com as condições de vida em sociedade.

4.1 AS DIMENSÕES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Antecipado no ponto anterior, este ponto foca as dimensões que responsabilidade social assume: a interna e a externa. A primeira, onde se verifica o investimento em capital humano, a promoção da saúde e da segurança no trabalho e também a gestão racional dos recursos ao longo de todo o processo de produção e a segunda, onde se percebem as interações da empresa com as comunidades locais, a capacidade de gerar benefícios em termos de salubridade, estabilidade e prosperidade no meio em que está inserido. (Rodrigues & Duarte, 2012)

A dimensão interna ou humana integra as práticas socialmente responsáveis, aquelas que envolvem os trabalhadores e incidem sobre questões como o investimento no capital humano, na saúde, na segurança e na gestão da mudança; e as práticas ambientalmente responsáveis, relacionadas com a gestão dos recursos naturais explorados no processo de produção (Rocha, 2010, p. 284). No âmbito das práticas socialmente responsáveis, destaca-se a gestão racional dos recursos humanos, mediante a implementação de medidas consideradas pertinentes no sentido de atrair colaboradores qualificados, nomeadamente a inclusão da aprendizagem ao longo da vida, através de parcerias com agentes locais promotores de programas de educação e formação; práticas de recrutamento responsáveis, designadamente não discriminatórias, contribuindo para a redução do desemprego e para a luta contra a exclusão social. Podem destacar-se outras medidas como o equilíbrio entre a vida profissional e familiar e a igualdade de remuneração e de perspectiva de carreira para as mulheres (Rocha, 2010, p. 284). De salientar também a abordagem à saúde e segurança no trabalho. Embora sujeita a medidas legislativas a serem aplicadas pelas organizações, existem, no entanto, medidas complementares de promoção, nomeadamente programas de certificação de sistemas de gestão e de subcontratação centrados na saúde e segurança no trabalho (Rocha, 2010, p. 285). Igualmente pertinente, referimos a gestão da mudança ou adaptação à mudança, ou seja, a organização terá que atender aos interesses de todas as partes interessadas e procurar equilibrar os mesmos em circunstância de mudanças ou tomada de decisões, procurando implementar medidas de reestruturação socialmente responsáveis. Destas salientam-se a promoção da participação de todos os elementos afetados através da informação e consultas abertas, a ponderação de formas que permitam reduzir a necessidade de despedimentos, a formação profissional suplementar para os colaboradores, a modernização dos instrumentos e processos de produção, a captação de investimentos públicos e privados e o estabelecimento de parcerias (Rocha, 2010, pp. 286-287). No que concerne às práticas ambientalmente responsáveis, destaca-se a gestão ambiental e dos recursos naturais. Este ponto foca, essencialmente, medidas que incidem na redução da exploração de recursos, das emissões poluentes e da produção de resíduos, no sentido de atenuar o impacto ambiental (Rocha, 2010, p. 287).

A dimensão externa da responsabilidade social traduz-se na interação que a organização mantém com a comunidade local e outras partes interessadas, nomeadamente, parceiros comerciais, fornecedores, clientes autoridades públicas e Organizações Não Governamentais (Rocha, 2010, p. 288). Relativamente à comunidade local, a responsabilidade social revela-se na integração adequada da organização na envolvente local onde está inserida, contribuindo com postos de trabalho, remunerações e outros benefícios. De salientar também a interação da organização com o meio físico local, evidenciando-se a sensibilidade da mesma para as questões ambientais. O sentido de responsabilidade social denota-se igualmente no envolvimento da organização em causas locais (Rocha, 2010, pp. 288-289). Relativamente aos parceiros comerciais, fornecedores e consumidores, a observância da responsabilidade social verifica-se no trabalho estreito da organização com os seus parceiros, bem como na promoção do espírito empresarial e no investimento em capitais de risco (Rocha, 2010, p. 290). Na sua dimensão externa, a responsabilidade social também se reporta à observância dos direitos humanos e às preocupações ambientais globais, nomeadamente na consecução do desenvolvimento sustentável (Rocha, 2010, pp. 291-294).

5 NOTAS FINAIS

Beneficiários que somos do conhecimento científico, espectadores de primeira fila dos avanços extraordinários nas ciências naturais, chegamos, quando confrontados com o sentimento de insegurança em relação ao que consideramos uma crise de valores morais, a invejar silenciosamente as certezas morais das épocas anteriores, que, apesar de motivadas por necessidades emocionais (exaltação dos reis, crenças religiosas, veneração dos deuses) e, por isso, irracionais, davam uma sustentação à moralidade, e, conseqüentemente, uma segurança aos indivíduos. Quando apelidamos de irracionais as certezas morais de épocas anteriores, limitámo-nos a enfraquecer essas mesmas convicções, sem que tenhamos tido a preocupação de criar novos objetivos e fins para as substituir. Com Frankl (2003), assistimos, no século XX, a grandes promessas e

garantias quanto ao avanço da ciência, que iria, finalmente, possibilitar a compreensão do significado biológico, psicológico e cultural da existência da humanidade como a mais elevada forma de evolução. No entanto, como o próprio autor conclui, as imensas expectativas deram lugar ao desencanto, com uma descrença que existe em qualquer coisa digna de crença, e contemplamos um vazio moral, a criação de um grande engano. Na verdade, parece que já não nos é permitido esperar uma vida melhor, uma vez que não temos mais a certeza de como avaliar as coisas, como reagir a elas, como ajuizar o que está certo e errado, especialmente quando os nossos filósofos nos dizem que tudo é relativo, já que não existe base científica para os conceitos morais, que estes não têm significado cognitivo. Assistimos às vozes críticas aos nossos conceitos de realidade veiculadas pelo pós-modernismo, o pós-estruturalismo, a hermenêutica e o desconstrutivismo, sendo que este último tem mesmo como primordial objetivo a destruição da confiança na procura do conhecimento. Os pânditas da “nova filosofia”, como já anteriormente antecipámos, asseveram que a moralidade nada mais é que desencanto e logro. Pareciam, com esta assunção, não compreender que reside na própria natureza do ser-humano criar um enquadramento para a sua perceção da realidade e a sua orientação nela. De um modo geral, todos consideramos que necessitamos de alguns princípios morais que norteiem o nosso juízo e incutam um sentido de responsabilidade nos relacionamentos que temos com os nossos semelhantes. Urge não questionarmos a importância de valores morais, uma vez que todos conseguimos facilmente perceber o que acontece na ausência dos mesmos. De salientar que esta necessidade de um propósito moral faculta ao ser-humano um sentido de identidade individual e coletiva e, ao mesmo tempo, um sentido de dever, obrigação e responsabilidade, na necessidade de cumprir o seu papel como membro de uma sociedade, garantindo, com isto, um sentido de pertença inquestionável. A humanidade necessita de um conceito unificado da realidade no seu seio. Como dizia Goethe: “Ligar, ligar sempre.”

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, F. (2010). *Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas*. Cascais: Princípa Editora..
- Brígido, P. L. S. (2010). *Intervenção do Serviço Social com crianças e jovens em risco: ética e prática profissional*. (Tese de Mestrado, Instituto universitário de Lisboa- ISCTE-IUL). Disponível em: [www:<http://hdl.handle.net/10071/2367>](http://hdl.handle.net/10071/2367).
- Carapeto, C. & Fonseca, F. (2012). *Ética e Deontologia: Manual de Formação*. Disponível em: https://www.oet.pt/downloads/informacao/Etica_Deontologia-Manual_Formacao.pdf
- Coelho do Vale, R. & Moreira, I. (2016), “Estudo da Sociedade Portuguesa- Confiança no governo, instituições, poupança, e perceção moral e ética (Março 2016)”, Observatório da Sociedade Portuguesa- CATÓLICA-LISBON.
- Correia. (2013). *A Responsabilidade Social e as PME: As práticas de SER das microempresas*. Disponível em: <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3492/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ana%20Sofia%20Correia.pdf>
- Ernesto, P. A.S. (2011). *Responsabilidade Social e Ética Organizacional*. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0277.pdf>
- Egg, R. F. (2009). *História da Ética*. Obtido em 26 de setembro de 2017, de Videolivrraria: <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/11675.pdf>
- Ferreira, M. S. (s.d.). *A natureza filosófica da ética segundo Lima Vaz*. Disponível em: http://www.uece.br/polymatheia/dmdocuments/polymatheia_v3n4_natureza_filosofica_da_etica_lima_vaz.pdf
- Frankl, G. (2003). *Os Fundamentos da Moralidade - Uma investigação da origem e Finalidade dos Conceitos Morais*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Passos, E. (2004). *Ética nas Organizações*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1929709/mod_resource/content/0/Elizete%20Passos%2028Cap%C3%ADtulos%201%20e%2002%29%20-%20C3%89tica%20nas%20organiza%C3%A7%C3%B5es.pdf
- Leal, A., Caetano, J., Brandão, N., Duarte, S. & Gouveia, T. (2011). *Responsabilidade Social Empresarial em Portugal*. Lisboa: Deplano Network, SA.
- Maia, A. J. (16 de março de 2017). *Ética: a importância dos valores e da integridade*. Obtido de Visão: <http://visao.sapo.pt/opiniaosilncioda fraude/2017-03-16-Etica--a-importancia-dos-Valores-e-da-Integridade>
- Neves, J. C. (2008). *Introdução à Ética empresarial*. Cascais: Princípa Editora.
- Renaud, M. (2016). A evolução histórica da Ética. Em M. d. Neves, *Ética - dos Fundamentos às Práticas* (pp. 123-143). Lisboa: Edições 70.
- Ricou, M. (2001). A ética e a deontologia no exercício da psicologia. (Tese de doutoramento em Psicologia Clínica, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/20349>
- Rodrigues, C. C. P. (2015). *O papel da mediação do conto no desenvolvimento de princípios éticos em idade pré-escolar*. Dissertação de mestrado em educação pré-escolar, Universidade do Algarve. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/7932>
- Rodrigues, J. & Duarte, M. (2012). *Responsabilidade social e ambiental das empresas*. Lisboa: Escolar Editora.
- Rocha, A. d. (2010). *Ética, Deontologia e Responsabilidade Social*. Porto: Vida Económica.
- Vázquez, A. S. (2003). *Ética*. Disponível em: <https://filosofiapresbiteral.files.wordpress.com/2014/07/a-etica-adolfo-sc3a1nchez-vc3a1zquez.pdf>